

# **Regime de Crescimento e Geração de Emprego como Determinantes Macroeconômicos da Desigualdade de Renda: uma análise para o caso do Brasil**

Miguel Bruno<sup>1</sup>  
Ricardo Macedo<sup>2</sup>

## **Resumo**

Este artigo analisa as implicações macroeconômicas do atual regime de crescimento econômico pós-liberalização para a criação de emprego e a distribuição de renda no Brasil; variáveis fundamentais para a redução da pobreza e promoção do bem-estar social, numa sociedade em que as relações de trabalho assalariado representam mais de dois terços da ocupação total. A análise baseia-se em fundamentos teóricos neo-estruturalistas e as evidências empíricas encontradas reforçam o argumento de que a pobreza e as desigualdades de renda devem ser apreendidas também como problemas macroeconômicos e não apenas como fenômenos derivados de características eminentemente individuais ou microcentradas da força de trabalho. Nesse contexto, são também considerados os efeitos da interação macrodinâmica do regime de crescimento com a atual transição demográfica brasileira.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Evolução Econômica da FCE-UERJ, Assessor de Projetos Especiais para Crescimento e Desenvolvimento do IPEA e Professor licenciado do Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da ENCE-IBGE.

<sup>2</sup> Professor do IBMEC, Pesquisador Assistente do IPEA e Professor da UCAM.

# Regime de Crescimento e Geração de Emprego como Determinantes Macroeconômicos da Desigualdade de Renda: uma análise para o caso do Brasil\*

Miguel Bruno<sup>3</sup>  
Ricardo Macedo<sup>4</sup>

## 1. Introdução

Este capítulo busca elucidar as conseqüências macroeconômicas do atual regime de crescimento econômico brasileiro sobre a criação de emprego e a distribuição de renda, duas variáveis fundamentais no processo de redução da pobreza e de promoção do bem-estar social, numa sociedade em que o emprego assalariado representa dois terços da ocupação. Utiliza-se uma abordagem neo-estruturalista para a análise do período pós-liberalização, fundamentada pelas evidências empíricas encontradas.

Considera-se o desemprego total no plano macroeconômico como o resultado necessário de um crescimento insuficiente tanto do estoque de capital fixo produtivo (fator de médio e longo prazos), quanto da demanda efetiva (fator de curto prazo). Neste contexto, as características individuais da força de trabalho enfatizadas pela teoria do capital humano como sendo determinantes são considerados fatores apenas condicionantes da composição setorial da ocupação e de sua alocação técnica e organizacional. Conseqüentemente, uma trajetória com taxas elevadas e sustentáveis de crescimento do emprego, compatíveis com a demanda crescente de postos de trabalho derivada da transição demográfica brasileira, depende de forma crucial da acumulação de capital.

O texto está estruturado da seguinte maneira, além da introdução e considerações finais: na seção 2, apresenta-se um breve relato do marco teórico que sustenta a abordagem empírica utilizada. A seção 3 descreve as principais características do regime de crescimento brasileiro no período pós-liberalização e caracteriza o padrão vigente de distribuição de renda. Na seção 4, discute-se a necessidade de geração de emprego para reduzir a desigualdade social, considerando-se a relevância do conceito de *limites estruturais ao desenvolvimento econômico (LEDE)*. A seção 5 introduz a questão da transição demográfica e sua interação macrodinâmica com o regime de acumulação vigente.

---

\* Os autores agradecem a colaboração de Patrick Fontaine, Thiago dos Santos e Suellen Oliveira na montagem da base de dados utilizada na análise empírica.

<sup>3</sup> Professor Adjunto do Departamento de Evolução Econômica da FCE-UERJ, Assessor de Projetos Especiais para Crescimento e Desenvolvimento do IPEA e Professor licenciado do Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da ENCE-IBGE.

<sup>4</sup> Professor do IBMEC, Pesquisador Assistente do IPEA e Professor da UCAM.

## 2. *Survey da literatura e marco teórico-metodológico*

A acumulação de capital possui um papel preponderante em teorias de crescimento econômico, a fim de explicar como se expande o produto e a renda. A principal divergência encontra-se na forma como o produto é distribuído entre as classes sociais e como isso afeta o processo de acumulação e o crescimento econômico. O presente trabalho está fundamentado na abordagem neo-estruturalista, onde os regimes de crescimento ou de acumulação surgem de um conjunto de regularidades macroeconômicas que ratificam a progressão geral e coerente da acumulação de capital. Nesse contexto, descreve-se a evolução das condições de produção e das respostas do uso social do produto (Bruno 2009).

Esse arcabouço teórico visa articular a dinâmica da demanda efetiva com a lógica do conflito distributivo. O primeiro passo é a análise dos determinantes das taxas de lucro e de acumulação de capital. Para o caso do baixo dinamismo da economia brasileira, no período pós-liberalização, a hipótese é a de que as transformações estruturais dos anos 1990 transformaram a natureza e a lógica do regime de acumulação. Uma alternativa analítica é a função de progresso técnico kaldoriana (FPT), onde se observa que o progresso técnico depende do ritmo de acumulação de capital, ou seja, a taxa de crescimento do produto por trabalhador aumenta concomitantemente com taxas decrescentes de crescimento do estoque de capital fixo produtivo por trabalhador. Adiciona-se à análise, um componente associado às alterações estruturais que possibilitam a gênese de novos regimes de crescimento econômico ou a crise do regime vigente. Daí a relevância do princípio do *endometabolismo*, o processo pelo qual o próprio funcionamento das estruturas de produção e de demanda no tempo e no espaço pode ser motivo suficiente para sua alteração e crise, sem nenhuma necessidade da interveniência de choques exógenos. Em outros termos, transformações e crises do regime de crescimento e de acumulação frequentemente possuem causas endógenas à lógica e natureza desses regimes.

O atual regime de crescimento brasileiro se inscreve na modalidade dos regimes classificados como financeirizados, *finance-led growth ou finance-dominated accumulation regimes* de acordo com a literatura econômica internacional. A noção de financeirização foi introduzida numa perspectiva crítica dos pressupostos da teoria convencional, mais especificamente, a concepção do papel dos mercados financeiros sob a hipótese de eficiência alocativa (PALLEY, 2007). A abordagem dos regimes financeirizados é, portanto, uma abordagem alternativa dos mercados financeiros, não mais pelo paradigma da eficiência alocativa de conteúdo eminentemente microeconômico, mas no contexto macroeconômico

por seus impactos sobre as decisões de alocação diretamente produtiva de capitais. Possuindo o poder de afetar os direitos de propriedade sobre ativos já existentes, os mercados financeiros são subconjuntos do sistema econômico que determinam a produção de novos ativos e a própria dinâmica da produção e da distribuição de renda (BRUNO et al., 2009)<sup>5</sup>.

Um regime de crescimento é classificado como *finance-dominated accumulation regime* se a circulação monetária e financeira torna-se a principal base da revalorização dos capitais e não a alocação diretamente produtiva das poupanças de empresas e famílias. Proposto por Stockhammer (2007), este conceito não pressupõe correlação, necessariamente, positiva entre acumulação financeira e acumulação de capital fixo produtivo, mas não a exclui. Em determinadas condições estruturais e conjunturais, esse padrão pode se transformar num *finance-led growth regime*, visto que o efeito-riqueza e o efeito-acelerador do investimento tornam-se fatores importantes para determinar a compatibilidade dinâmica entre produção e demanda agregada.

As condições de estabilidade ou a sustentabilidade macrodinâmica de regimes de crescimento subordinados às finanças não são contudo, garantidas a priori, e, a depender do contexto internacional e dos fatores que impactam o mercado interno de consumo, podem se revelar verdadeiramente problemáticas. A economia brasileira ilustra bem esses dois casos. Em virtude da elevada volatilidade da taxa de investimento, uma dinâmica cíclica do tipo *stop and go* mantém-se de inícios dos anos 1990 até 2003. A partir de 2004, a economia reencontra nova trajetória de expansão das taxas de acumulação de capital, resultando em patamares mais elevados de crescimento econômico. Há uma interrupção dessa trajetória no quarto trimestre de 2008, quando a economia brasileira é atingida pela propagação da crise americana<sup>6</sup>. Emergem, portanto, os problemas de previsibilidade da *performance* macroeconômica, quando as economias estão submetidas a um processo de financeirização (BRUNO et al., 2009).

Para um país como o Brasil, com um regime de acumulação financeirizado, num contexto de transição demográfica acelerada, uma nova configuração do sistema de seguridade social pode contribuir para compatibilizar a dinâmica macroeconômica com a nova estrutura etária da população. Todavia, as baixas taxas de acumulação de capital fixo produtivo ainda observadas não permitem que o nível geral de emprego cresça em um patamar

---

<sup>5</sup> Um painel da literatura e suas diferentes abordagens sobre os regimes de crescimento econômico financeirizados e suas implicações macroeconômicas no Brasil pode ser encontrado em Bruno et al. (2009).

<sup>6</sup> Um trabalho que trata dos limites de uma estratégia de metas de inflação é o de Vernengo (2006).

compatível com o aumento da população em idade ativa. Em consequência, o desemprego de longo prazo tenderá a se perpetuar o que representará um ônus para a seguridade social além de uma sobrecarga excessiva sobre as políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade.

Outro ponto a ser considerado refere-se à composição da poupança agregada. Como os regimes financeirizados ampliam a possibilidade de os indivíduos em atividade ativa alocarem a maior parte de seus recursos disponíveis em ativos financeiros e não em ativos reais produtivos, não há garantias de que a taxa de investimento subirá futuramente de maneira sustentável. Surge, então, a necessidade de condições macroeconômicas e institucionais que permitam elevadas taxas de acumulação de capital (BRUNO 2008). RADA (2009) considera que as políticas mais viáveis para o financiamento das aposentadorias, a fim de sustentar o consumo dos aposentados são o crescimento do número de trabalhadores e o aumento da produtividade do trabalho. Para a autora, por exemplo, economias industriais avançadas possuem populações de aposentados crescentes, mas a oferta de trabalho não apresenta limitações (desemprego) devido ao aumento da produtividade. Essa questão relativiza sobremaneira os formatos atualmente propostos de reformas previdenciárias baseados em critérios puramente atuariais e micro-centrados em segmentos e setores específicos da economia, mas que não atentam nem para restrições nem para as oportunidades macroeconômicas proporcionadas pelos regimes de alto crescimento econômico com distribuição de renda.

A correção do rumo do desenvolvimento capitalista atual passa pelo estabelecimento de um novo regime de regulação econômica e social, onde a revalorização do emprego seja crucial. Além disso, medidas por parte do setor público que controlem o sistema financeiro tornam-se fundamentais, pois pouca atenção tem sido dada à necessidade de um regime que possa restabelecer o pleno emprego e uma distribuição menos desigual do excedente produtivo (DEDECCA, 2010).

No período de forte crescimento econômico do pós-guerra, as finanças estavam a serviço do desenvolvimento econômico, a partir de estruturas institucionais (regime monetário-financeiro, regime de câmbio, sistema monetário internacional, política econômica de pleno emprego, etc.) favoráveis à alocação diretamente produtiva dos capitais. Não é este o caso atual, onde os capitais encontram condições e incentivos muito maiores para a revalorização na circulação bancária e financeira, sem os riscos que necessariamente devem suportar ao se imobilizarem nos setores produtivos.

### **3. Principais características do regime de crescimento pós-liberalização**

O regime de crescimento que emergiu das transformações estruturais dos anos 1990 é singular em várias de suas dimensões constitutivas e resultados macroeconômicos. Destacam-se entre elas, as baixas e voláteis taxas de crescimento do produto interno bruto; a forte dependência de capitais especulativos para compensar os recorrentes déficits em transações correntes; taxas de juros reais muito acima dos padrões internacionais; um regime de câmbio flutuante com viés de apreciação real que, em conjunção com um mercado de derivativos profundo, tem desencadeado um processo de especialização regressiva na indústria, levando a economia brasileira a depender cada vez mais das exportações de commodities e da absorção de poupança externa. Apesar dos resultados positivos no que concerne à estabilidade de preços e à redução da desigualdade de renda, a lista poderia ser ampliada.

Essas características, contudo, não são reconhecidas por todos os analistas do caso brasileiro como necessariamente prejudiciais ao seu desenvolvimento econômico e social. Para a visão convencional, que parte dos pressupostos da teoria econômica neoclássica e de suas derivações contemporâneas, o Brasil estaria simplesmente aproveitando suas vantagens comparativas naturais como o petróleo, os biocombustíveis e as dimensões continentais de seu espaço geográfico e de seu mercado interno potencial. Mas, vantagens comparativas naturais como as derivadas do complexo petrolífero não duram para sempre, elas se esgotam, e além disso, cabe investigar-se em que condições objetivas uma dada economia pode superar seus limites estruturais ao desenvolvimento (LEDE) enquanto opera nas antípodas dos países em desenvolvimento que apresentam performances macroeconômicas bem superiores às brasileiras.

#### **3.1 Um padrão de crescimento comandado pela acumulação rentista-patrimonial**

Os estudos recentes que partem do conceito de financeirização mostram que o atual regime de crescimento brasileiro desenvolve-se sob a lógica da acumulação rentista-patrimonial, mas sob formas que lhe são específicas, ou seja, diversas dos padrões observados nos países desenvolvidos que possuem taxas baixas de juros, câmbio competitivo e grandes mercados de capitais. MEDIALDEA (2009) mostra que o processo de financeirização que se consolidou no Brasil no período pós-Real tem contribuído para reproduzir seus LEDE, apesar da estabilidade financeira e de preços e da retórica em prol da manutenção do atual modelo econômico como sendo o mais adequado ao seu desenvolvimento.

Um regime de crescimento subordinado às finanças – ou simplesmente, regime de crescimento financeirizado – surge quando as decisões de alocação produtiva dos capitais

estão subordinadas de modo estrito aos critérios de valorização financeira. Em outros termos, a rentabilidade real de referência para o investimento produtivo é comandada pela expectativa de lucros financeiros como alternativa garantida (por critérios de liquidez, risco e rentabilidade) à alocação diretamente produtiva das poupanças das empresas e das famílias. Destaque-se que em economias não-financeirizadas, essa alternativa está sempre presente, pois integra a própria racionalidade da acumulação capitalista, mas, permanece como fenômeno paralelo, embora necessário à reprodução dos capitais. O fenômeno da financeirização está presente e se difunde por vários setores e ramos de atividade quando as condições de revalorização dos capitais oferecidas pelas finanças privadas e, no caso brasileiro, também pelas finanças públicas, são muito mais vantajosas do que às proporcionadas pelas imobilizações de capitais nos setores diretamente produtivos da economia.

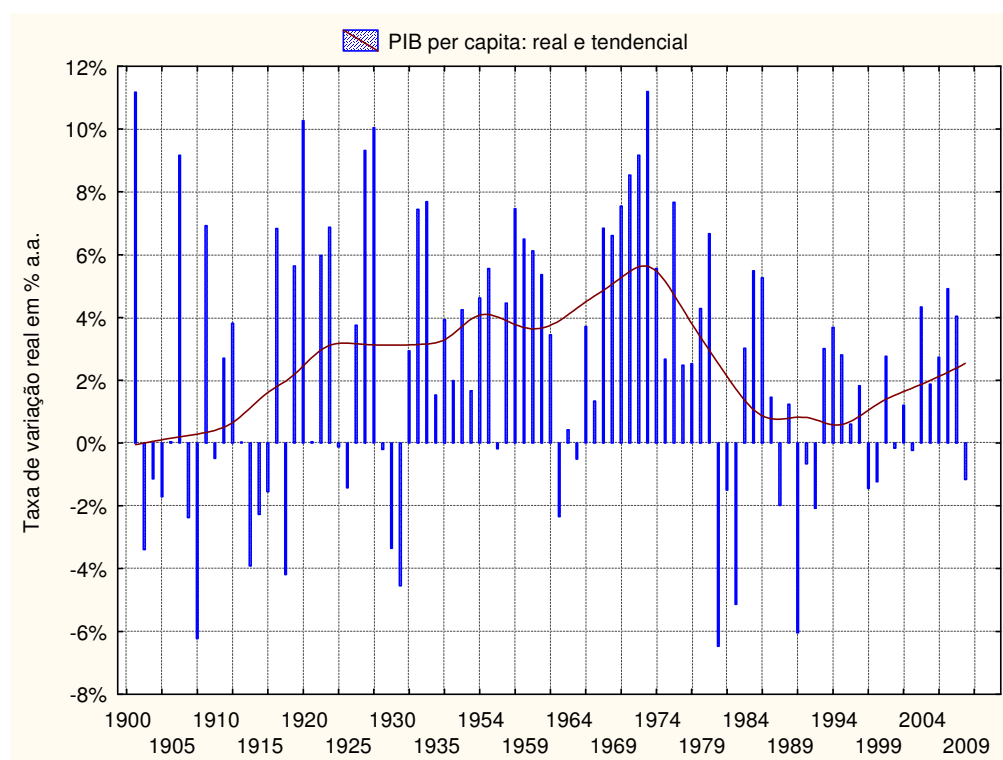
Consequentemente, dadas as condições favoráveis que a financeirização proporciona aos detentores de capital para aumentarem sua riqueza através de ativos financeiros pouco ou nada conectados ao financiamento da formação bruta de capital fixo, o ritmo de crescimento econômico tende a ser, necessariamente, menor ou mais volátil do que o observado em economias não-financeirizadas. E, no caso brasileiro, o financiamento do investimento torna-se cada vez mais dependente do crédito público, de maneira a compensar a pouca atratividade que a alocação produtiva exerce sobre os capitais que se revalorizam na circulação bancária e financeira com ampla margem de rentabilidade, baixo risco e alta liquidez. A financeirização é a expressão da existência de um ambiente macroeconômico onde a preferência pela liquidez atinge um paroxismo e o crescimento econômico, resultado da acumulação de capital fixo produtivo, deixa de ser a base principal para a obtenção de lucros e para a expansão do patrimônio das famílias.

Para efeitos dessa análise, importa, porém explicitar quais são as consequências desse regime para a geração de emprego e de renda enquanto fatores fundamentais da superação das condições que reproduzem os LEDE e que não são outra coisa senão as mesmas condições que reproduzem a pobreza e as desigualdades sociais.

O Gráfico 1 mostra a evolução do PIB per capita brasileiro desde 1900, segundo dados do IPEADATA. Destaque-se que apesar da recuperação do crescimento econômico a partir de 2004, é nítido o fato de que a taxa de crescimento tendencial do PIB per capita ainda permanece bem abaixo da observada nos períodos correspondentes ao Plano de Metas (1955-1961) e do “Milagre econômico” (1967-1973).

Este fato torna-se ainda mais grave uma vez que nesses períodos progressos da evolução econômica brasileira, a taxa média de crescimento populacional era mais do que o dobro da observada no atual período pós-liberalização. Como o atual regime se caracteriza também por ser um regime de baixo e instável crescimento econômico, se o ritmo de crescimento populacional hoje fosse similar ao do período de vigência do modelo de substituição de importações então a economia e sociedade brasileiras teriam enormes dificuldades para combater seus perfis de alta concentração de renda e de riqueza. Muito provavelmente, dadas as restrições que a financeirização por renda de juros necessariamente impõe às finanças públicas brasileiras – elas permanecem subordinadas às finanças privadas - haveria grande escassez de recursos para implementar políticas sociais em qualidade e quantidade demandadas pelo combate à pobreza e às desigualdades sociais.

**GRÁFICO 1 – CRESCIMENTO DE LONGO PRAZO DO PIB PER CAPITA BRASILEIRO (1900-2009)**



FONTE: IPEADATA

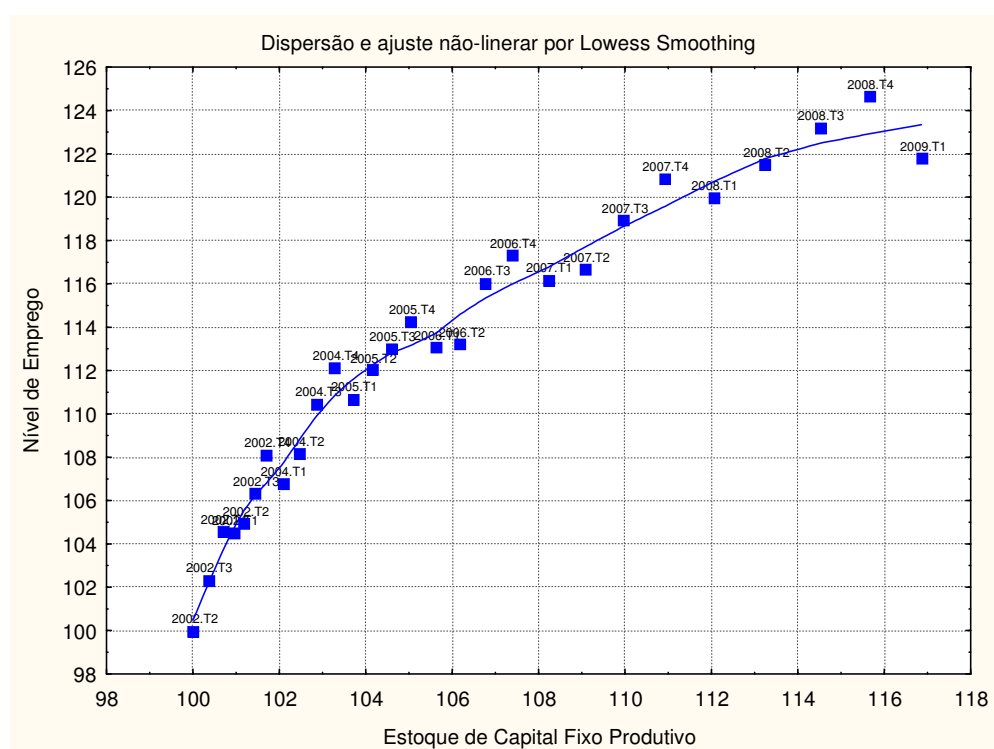
### **3.2 Acumulação de capital fixo produtivo e geração de emprego: a pobreza como problema macroeconômico**

A retórica dominante no período de globalização buscou minimizar o papel da acumulação de capital fixo e do próprio crescimento econômico para a geração de emprego e de renda. Neste contexto, os conceitos de *economia pós-industrial*, *economia de serviços*, *nova economia*, *economia da informação* e *economia do conhecimento* transformaram-se em slogans convenientes a uma época de baixo crescimento econômico e baixo ritmo de acumulação de

capital fixo. A exceção fica com os países que se engajaram em uma estratégia consistente de desenvolvimento de longo prazo, como os países em desenvolvimento da Ásia e que, para isto, não se permitiram uma inserção passiva e subordinada às finanças globais.

O Gráfico 2 mostra que o crescimento do estoque de capital fixo produtivo, ou seja, a taxa de acumulação de capital, é acompanhado do crescimento do nível geral de emprego. Isto reforça o papel fundamental do investimento produtivo como base da inserção econômica e do desenvolvimento social.

**GRÁFICO 2 – A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL FIXO PRODUTIVO É A BASE DA GERAÇÃO DE EMPREGO (2002-2009)**



FONTE: IPEADATA para o estoque de capita; PME-IBGE para estimação do nível geral de emprego.

Um dos pesquisadores que reconhecem a importância fundamental da acumulação de capital fixo produtivo para o desenvolvimento das nações foi Angus Maddison. Em um estudo de 2005, Maddison reuniu estatísticas de longo prazo sobre o estoque de capital fixo, PIB per capita e capital humano para a economia japonesa, americana e britânica. Suas conclusões são a de que o crescimento forte do estoque de capital fixo, particularmente máquinas e equipamentos, foi fundamental para acelerar as taxas de crescimento econômico. O capital humano, como já argumentara Nicholas Kaldor, deve ser considerado como fator complementar incorporado às máquinas e equipamentos e se expande juntamente com o estoque de capital fixo total. Stockhammer (2004 e 2007) destaca também a importância da acumulação de capital fixo produtivo para a ocupação, destacando o fato de que o desemprego

elevado da Europa não se explica por deficiências na formação de capital humano, mas pelo baixo ritmo de expansão do estoque de capital fixo, a partir da adesão daquelas economias aos processos de liberalização comercial e financeira.

Infere-se desses estudos que a pertinência dos debates sobre capital humano, capital social ou sobre os demais rótulos acima mencionados, não implica que a acumulação de capital fixo tenha se tornado uma variável irrelevante. Desde que o capital fixo produtivo e as qualificações do trabalho são frequentemente complementares e o progresso técnico se manifesta em novas máquinas e equipamentos, a acumulação de capital torna-se uma pré-condição para que as outras variáveis relacionadas com a geração e demanda de postos de trabalho possam efetivamente atuar em suas externalidades positivas, incluindo seus efeitos redutores das desigualdades de renda e da pobreza.

### **3.3 Panorama da distribuição de renda no Brasil**

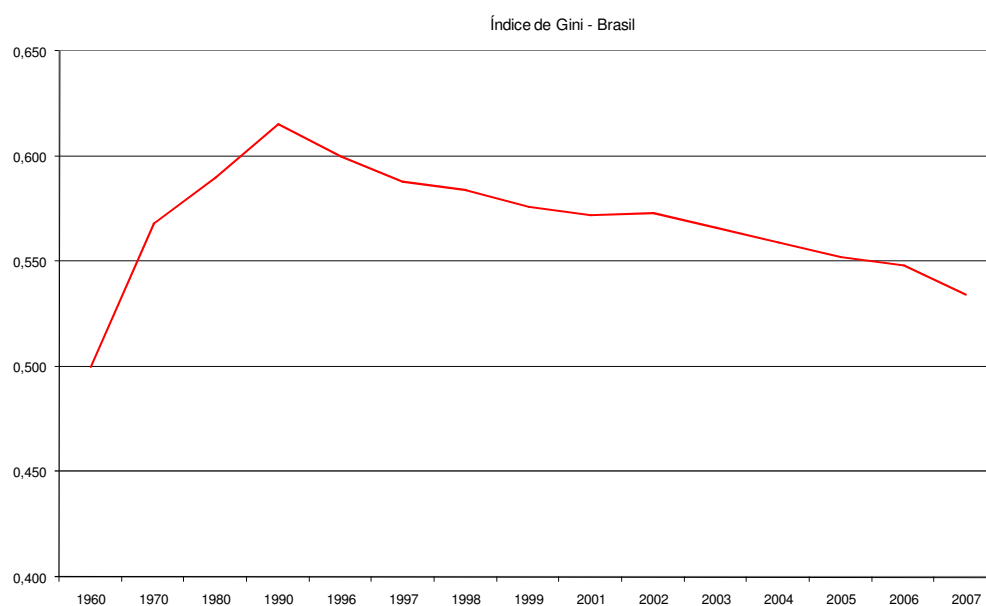
Apesar da melhoria significativa dos indicadores sociais, observada nas duas últimas décadas, a economia brasileira ainda se apresenta como uma economia de elevada concentração da renda e do estoque de riquezas. Os 10% mais ricos da população se apropriam de 45,7% do PIB e de cerca de 75% do estoque total de riquezas do país. Do ponto de vista analítico, como a concentração em termos de fluxo é um resultado da concentração em termos de estoques, as políticas públicas para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais devem estar articuladas com reformas estruturais que permitam ampliar o acesso a ativos produtivos, incluindo particularmente, o acesso à propriedade da terra.

Por outro lado, o exame da literatura econômica mostra que não há consenso quanto às relações entre crescimento econômico e desigualdade de renda, sobretudo quando se procura identificar seus vínculos causais. Existem estudos empíricos que mostram que um perfil demasiadamente concentrado de distribuição da renda constitui-se em um entrave estrutural ao crescimento econômico sustentável. Outros, porém destacam que o crescimento econômico, *coeteris paribus*, pode acentuar as desigualdades de renda. Mas o fato histórico relevante é que o desenvolvimento econômico não pode ser alcançado sem um ritmo suficiente de crescimento da renda per capita e da melhoria de sua repartição entre os atores sociais.

### 3.3.1 A distribuição pessoal da renda

A *distribuição pessoal da renda* refere-se ao padrão de repartição dos rendimentos dentro de um mesmo conjunto de indivíduos sem considerar suas diferentes posições de classe. Não há preocupação sobre como a renda está sendo repartida entre grupos e categorias que se distinguem por suas formas específicas de atuação no processo produtivo, caso em que se falaria de *distribuição funcional da renda*. Pode então ser analisada a partir de um conjunto de trabalhadores assalariados pertencentes a uma mesma empresa, região ou país. Ou mesmo quanto ao padrão de distribuição entre indivíduos detentores de capital ou proprietários de empresas.

GRÁFICO 3 – A QUEDA DA DESIGUALDADE DE RENDA NOS ANOS 1990



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1997/2007. (1) Exclui as informações das pessoas sem declaração de rendimento. (2) Exclui o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Após uma fase de aumento da concentração pessoal de renda entre 1960 e 1990, o Gráfico 3 mostra a tendência de queda do índice de Gini no Brasil, a partir de 1996, de cerca de 1,16% ao ano. As causas dessa redução da desigualdade de renda no período pós-Real e pós-liberalização são ainda objeto de controvérsias entre especialistas em pobreza e economistas do desenvolvimento. Pode-se argumentar que a redução foi conseqüência de uma conjunção de fatores tais como a queda dos índices de inflação, a recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, a implementação dos programas de assistência social, os efeitos de longo prazo da elevação dos níveis de escolaridade, ou mesmo a queda de renda no âmbito dos estratos de mais alta renda da sociedade brasileira.

### 3.3.2 A distribuição funcional da renda e seus determinantes macroeconômicos

A distribuição funcional da renda é um fator condicionante fundamental do ritmo de crescimento econômico. O Gráfico 4 mostra que a expansão da parcela salarial (*wage share*) ocorre precisamente quando a economia brasileira entra em uma trajetória de crescimento econômico a taxas mais elevadas. Fato que permanecerá até 2008 quando a propagação da crise americana, em conjunção com uma política monetária restritiva, contribuiu para a recessão de 2009.

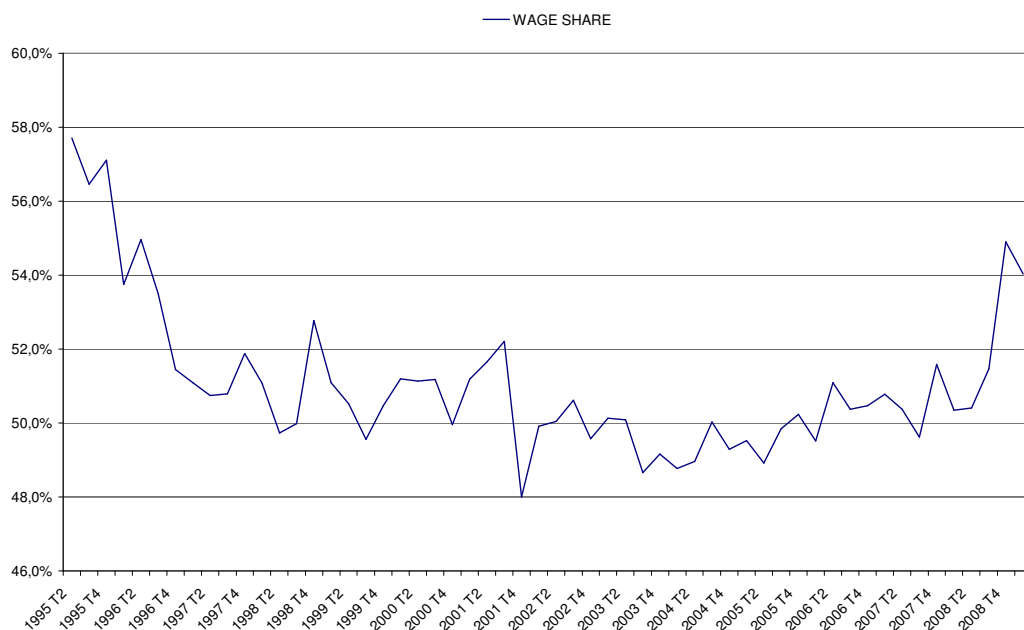
A parcela salarial é, porém, um indicador sintético de concentração funcional da renda, sujeito a influências de quatro outras variáveis econômicas fundamentais: o salário médio real ( $RW$ ), o nível de emprego ( $N$ ), o produto total ( $Y$ ) a custo de fatores e a produtividade do trabalho ( $PR_N$ ). Alternativamente, pode-se considerar para os mesmos fins analíticos, a razão salário médio real/produtividade do trabalho que, matematicamente, corresponde à participação dos salários no produto ( $\frac{W}{Y}$ ). Algebricamente, tem-se que:

$$w^s = \frac{W}{Y} = \frac{RW \times N}{Y} = \frac{RW}{PR_N} \quad (1)$$

Aplicando-se logaritmos neperianos a ambos os lados da equação e derivando-se, chega-se à formulação em taxas de variação dessas variáveis:

$$\dot{w}^s = \dot{R}W + \dot{N} - \dot{Y} = \dot{R}W - \dot{Y} \quad (2)$$

Deve-se, portanto, ter cautela quanto às interpretações das quedas (aumentos) da parcela salarial como algo necessariamente pernicioso (benéfico) para o conjunto da população assalariada. O principal motivo é que os aumentos da participação da massa salarial no produto podem ocorrer, por exemplo, apenas com crescimento do nível de emprego, sem que o salário médio real tenha subido ou a qualidade dos postos de trabalho tenha melhorado. Pode acontecer também que  $w^s$  tenha crescido porque cresceu o salário médio real dos indivíduos que conseguiram manter seus postos de trabalho (os mais qualificados), a despeito da estagnação da oferta de emprego e do crescimento econômico. Por outro lado, considerando-se que a parcela salarial é a razão entre o salário médio real e os ganhos de produtividade, se estes forem superiores aos aumentos salariais, então a participação dos salários no produto declinará, elevando a concentração funcional da renda em favor dos lucros. A economia brasileira fornece exemplos dessas duas situações, quando sobe e quando desce a parcela salarial sem que isto signifique, *necessariamente*, piora ou melhora efetiva para o conjunto da população assalariada.

**GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA PARCELA SALARIAL NO PIB A CUSTO DE FATORES (1990-2009)**

FONTE: Cálculo dos autores com base na PME e nas Contas Nacionais Trimestrais do IBGE.

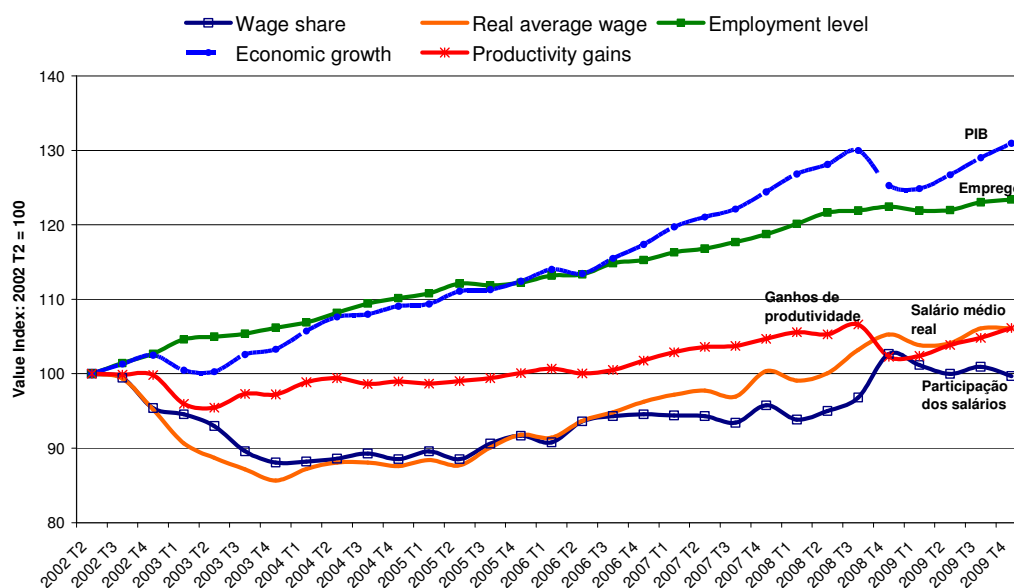
NOTA: A parcela salarial foi calculada incluindo-se as contribuições sociais efetivas e imputadas.

A recuperação da parcela dos lucros no produto (dada por  $1 - wage\ share$ ), observada entre 1995 e 2000, não foi uma consequência apenas da estabilidade de preços, mas um resultado das políticas neoliberais que elevaram as taxas de desemprego e a precariedade das relações de emprego num país tradicionalmente marcado por baixos níveis de estruturação de seu mercado de trabalho. A escassez e a fragilidade dos mecanismos de proteção social existentes no Brasil também contribuíram para agravar as adversidades macroeconômicas impulsionando a concentração funcional da renda em detrimento dos salários.

Consequentemente, como acontece na maioria dos fenômenos econômicos, o comportamento de uma variável é, em geral, influenciado por múltiplos fatores. Então, a análise deve considerar os diferentes fatores responsáveis pelas mudanças no perfil de concentração funcional da renda, determinando a evolução da *wage share*, sem que tais fatores possam ser diretamente observados pelo simples monitoramento dessa variável.

Com os dados da PME-IBGE e das Contas Nacionais Trimestrais-IBGE, o Gráfico 5 mostra que a recuperação recente da participação dos salários no produto – ou, em outros termos, a recente redução da concentração funcional da renda no Brasil- foi provocada, principalmente, pelo crescimento do salário médio real juntamente com os ganhos de produtividade do trabalho. Mas para que isso fosse possível foram fundamentais a expansão do PIB e o crescimento do emprego, em taxas mais elevadas.

**GRÁFICO 5 – DETERMINANTES MACROECONÔMICOS DA DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA (1994-2009)**



FONTE: Cálculos dos autores com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego e das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE.

NOTA: Todas as variáveis em índices dos valores.

#### 4. Geração de emprego e de renda como base da redução das desigualdades sociais

Por sua dupla dimensão como relação de produção e de repartição do valor adicionado, a relação capital-trabalho é a relação-chave no processo de crescimento e de desenvolvimento econômicos<sup>7</sup>. Por esta razão a análise da distribuição funcional da renda torna-se um expediente fundamental para se compreender como o ritmo de acumulação de capital, base do crescimento e do desenvolvimento econômicos, é afetado pelas formas de apropriação do produto entre capital e trabalho assalariado. Essa problemática teve seu primeiro tratamento teórico nos trabalhos dos grandes economistas clássicos, como o inglês David Ricardo que considerava a distribuição do excedente econômico como o principal objeto de estudo da Ciência Econômica.

No século 20, as abordagens propostas a partir dos trabalhos de J. M. Keynes e de M. Kalecki recuperaram essa ênfase nos quadros das análises do crescimento, mas superando as limitações impostas pela suposta validade da chamada **lei dos mercados de Say**<sup>8</sup>, através de um tratamento adequado do papel fundamental da demanda. Um dos seus resultados mais

<sup>7</sup> Considera-se neste contexto a chamada **distribuição primária da renda** tal como é definida nos sistemas de contas nacionais, isto é, aquela que antecede a tributação.

<sup>8</sup> A chamada “lei dos mercados de Say” reflete a premissa de que a oferta cria automaticamente a demanda que lhe corresponde. Não poderiam ocorrer crises de superprodução ou de subconsumo, apenas desajustes passageiros e facilmente corrigíveis pela própria dinâmica dos mercados.

relevantes refere-se à descoberta de que o nível e o ritmo de crescimento do PIB são amplamente condicionados pela forma como o valor adicionado total é apropriado pelas diferentes classes sociais e setores produtivos. Neste contexto, o **princípio da demanda efetiva** formulado por Keynes, reflete uma necessidade macrodinâmica inerente às economias salariais e monetárias capitalistas: a produção e os níveis de emprego e de renda dependem dos gastos concretos dos agentes e não na demanda potencial total que decorreria da renda gerada e paga no processo de produção. Conseqüentemente, a demanda efetiva refere-se à demanda prevista pelos empresários a partir das avaliações que fazem sobre os gastos correntes das famílias, de outras empresas ou do governo.

A elevada concentração funcional da renda em favor dos lucros (não-financeiro e financeiro), uma característica marcante da economia brasileira, exerce impactos diretos sobre a evolução da demanda efetiva e, portanto, sobre o desempenho macroeconômico em matéria de geração de emprego e de renda. Seu nível determina a taxa de utilização da capacidade produtiva instalada e, em conseqüência, o emprego e a renda, influenciando as decisões de investimento.

Essa constatação por si só já fornece um fundamento teórico para que o Estado assuma e aprofunde o seu papel ativo no processo de desenvolvimento sócio-econômico do país, sobretudo como agente indutor do investimento produtivo. Basicamente, há um limiar, ou um valor de equilíbrio para a determinação do salário como custo de produção e fator de demanda que precisa ser respeitado para manter a economia em trajetórias de expansão estáveis e duráveis. Mais precisamente, a excessiva concentração de renda em favor dos lucros pode proporcionar os recursos empresariais para o financiamento do investimento. Mas, por outro lado, e a depender de sua magnitude, pode minar as bases da demanda efetiva necessária à continuidade do investimento e da acumulação de capital. Essa contradição deriva da ambigüidade inerente ao salário que é simultaneamente um custo de produção e principal fator de demanda nas sociedades capitalistas modernas.

Para elucidar como essa problemática pode ser analisada, é útil considerar alguns dos principais aspectos da relação salarial (RS) no Brasil, ou a conexão salário-emprego<sup>9</sup>, definida como a configuração estrutural da relação capital-trabalho assalariado. Destacam-se numa configuração particular da relação salarial, o seu grau de formalização, de proteção das relações de trabalho, de flexibilidade e, sobretudo, os mecanismos de determinação dos salários. Dois casos polares têm sido estudados pela literatura econômica internacional:

---

<sup>9</sup> *Wage-labor nexus*, segundo BOYER (1998).

- a) Uma **relação salarial concorrencial** é característica dos mercados de trabalho muito flexíveis, em que a formação dos salários é determinada principalmente por mecanismos de mercado. Nessa modalidade, os salários refletem as tensões entre a procura e a demanda de força de trabalho e, em geral, não há divisão previamente acordada entre capital e trabalho dos ganhos de produtividade. Diz-se que neste caso, há determinação concorrencial dos rendimentos do trabalho, na medida em que estes dependem fortemente da dinâmica do emprego e, portanto, do comportamento do mercado de trabalho. Nesse tipo de relação salarial, o grau de formalização das relações de emprego tende a ser reduzido e os dispositivos institucionais de proteção social pouco desenvolvidos. Os efeitos da fixação de um salário mínimo podem se contrapor às tendências de rebaixamento salarial impostas pela dinâmica mercantil. Por outro lado, um grau mínimo de institucionalização das relações de emprego pode favorecer as influências positivas do SM no processo de determinação dos rendimentos do trabalho.
- b) Uma **relação salarial não-concorrencial ou administrada** pode ser identificada quando os mecanismos de formação dos salários escapam, mesmo que parcialmente, às influências diretas do mercado de trabalho. Observa-se a vigência de um conjunto de regras, convenções e instituições que respondem pela configuração dos vínculos entre trabalhadores e empresas. Nessa modalidade, as instituições do trabalho são mobilizadas para atenuar os efeitos negativos sobre a dinâmica do emprego e da formação dos salários, influenciando, por exemplo, uma divisão previamente acordada dos ganhos de produtividade e a recomposição das perdas inflacionárias.<sup>10</sup>

Em termos gerais, o primeiro tipo de relação salarial caracteriza-se por grande flexibilidade quantitativa e salarial, contrariamente ao segundo tipo. Todavia, a **RS não-concorrencial** mostra-se mais apta a outras dimensões da flexibilidade que são internas à empresa (polivalência ou multifuncionalidade, remuneração flexível em função do faturamento, mas com estabilidade das relações de emprego, etc.).

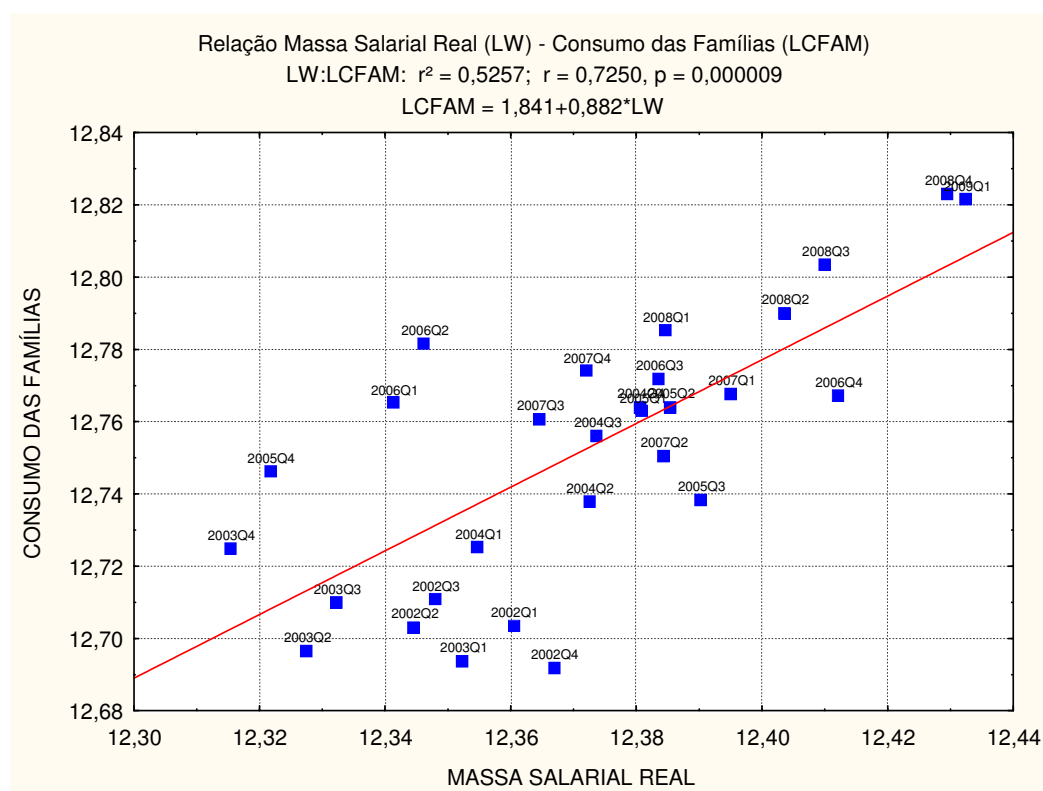
O Gráfico 6 fornece uma representação da relação entre o consumo das famílias e a massa salarial. Apesar de o consumo das famílias incluir também o consumo das famílias

---

<sup>10</sup> É claro que numa mesma economia, país ou região, podem co-existir esses dois casos, seja em função das especificidades dos setores, ramos e firmas, seja porque uma determinada configuração da relação salarial pode refletir também o grau de mobilização dos trabalhadores e seu poder de barganha frente aos proprietários de capital e ao próprio Estado. Mas, entre esses dois casos polares, as economias reais podem engendrar configurações intermediárias em função do grau de formalização das relações de emprego, das características dos sistemas técnicos-produtivos e de suas inter-dependências com os sistemas de remuneração da força de trabalho.

não-assalariadas ou detentoras de capital, é nítida a forte correlação entre salário e consumo familiar total (0,73 numa escala de 0 a 1). Este gráfico fornece também uma estimativa do grau em que o consumo das famílias brasileiras varia quando os salários aumentam. Um aumento de 10% da massa salarial real eleva, em média, o consumo familiar em 8,8%. Este comportamento deve ser esperado, e não surpreende, pois os trabalhadores assalariados formais e informais representavam, em 2008, cerca de 68% do pessoal ocupado total, conforme se pode constatar pela Tabela 1. Compreende-se portanto, porque muitos estudos recentes insistem em chamar a atenção para o fato de que as sociedades atuais, a despeito das concepções acerca do “fim do trabalho” são ainda *sociedades salariais*.

**GRÁFICO 6 – OS SALÁRIOS SÃO A BASE DO CONSUMO FAMILIAR (2002 T1 – 2009 T1)**



FONTE: Cálculos dos autores com base nos dados do IBGE e IPEADATA.

NOTA: As variáveis foram tomadas em logaritmo natural.

Outro elemento fundamental da vinculação salário-emprego é o **modo de consumo assalariado** que, nas economias contemporâneas, mostra-se fortemente dependente dos salários diretos (pagos após cada período de produção) e indireto; e do grau de concentração funcional e pessoal da renda. O salário indireto corresponde aos pagamentos que visam a cobrir os gastos com saúde, assistência e previdência. Estudos recentes mostraram que a reprodução da força de trabalho não se limita à reconstituição física do trabalhador de um ciclo de produção a outro, mas concerne também à renovação dos trabalhadores assalariados

de geração a geração. Então a reprodução da força de trabalho não se define unicamente no tempo imediato da produção, mas também no longo prazo demográfico. Conseqüentemente, a distinção entre salário direto e indireto corresponde a dois modos de reprodução complementares dos trabalhadores: pelas despesas individuais de consumo e por um circuito de financiamento socializado que implica necessariamente a presença do setor público (SAILLARD, 20002).

**TABELA 1 – A RELAÇÃO SALARIAL REPRESENTA MAIS DE DOIS TERÇOS DA OCUPAÇÃO TOTAL NO BRASIL (2002-2008)**

	Empregadores	Trabalhadores assalariados com carteira	Trabalhadores assalariados sem carteira	Trabalhadores por conta própria	Trabalhadores não-remunerados	Total
2002	5,0%	45,5%	21,2%	19,4%	8,8%	100,0%
2003	5,5%	44,3%	21,9%	20,0%	8,4%	100,0%
2004	5,3%	43,7%	22,5%	20,3%	8,2%	100,0%
2005	5,1%	45,0%	22,3%	19,4%	8,2%	100,0%
2006	5,0%	46,1%	21,7%	19,2%	8,2%	100,0%
2007	4,8%	47,1%	20,7%	19,4%	8,1%	100,0%
2008	4,6%	48,6%	19,7%	18,8%	8,3%	100,0%

FONTE: PME-IBGE – Seis Grandes Regiões Metropolitanas.

Pela Tabela 1 também pode ser observada a elevada participação dos trabalhadores sem carteira e por conta própria. Se for considerado que este último segmento reúne um amplo contingente de pessoas em atividades precárias e sem nenhum tipo de proteção social, mais os não-remunerados, a participação dos informais atinge a cifra de 46,8% do pessoal ocupado total. Isto significa que praticamente metade da força de trabalho no Brasil está no setor informal e portanto, fora da influência dos mecanismos de proteção social.

Embora nos últimos três anos tenha sido observado um movimento de formalização das relações de emprego, esse processo se deve mais às taxas maiores de crescimento econômico e de aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização. Todavia, a sustentabilidade desse processo depende também do fortalecimento das instituições do mercado de trabalho brasileiro face às novas pressões impostas pela liberalização comercial e financeira. Isto implica maior presença dos sistemas públicos de emprego e de melhorias dos dispositivos de regulação da relação capital-trabalho por parte do Estado brasileiro.

#### **4.1 Salário mínimo e desenvolvimento social**

A institucionalização do salário mínimo foi um marco no processo de estruturação das relações de trabalho no Brasil. Como nos EUA, Austrália e Nova Zelândia, foi também uma reivindicação antiga dos movimentos de trabalhadores. Mas nesses países essa reivindicação foi atendida já no século XIX. No Brasil, a discussão sobre a matéria começou em 1931 com a

criação do Ministério do Trabalho, sendo incluído nas Constituições de 1934 e 1937. Embora sua regulamentação date de 1938, só começou a ser efetivamente pago a partir de 02 de julho de 1940 (MENDONÇA, 1985).

O Gráfico 7 mostra a sua evolução desde o primeiro ano de pagamento, onde se pode constatar a perda de seu valor real, mesmo no período 1950-1980, em que a economia brasileira apresentava suas maiores taxas de crescimento. Em consequência, a perda do poder aquisitivo do salário mínimo deve ser considerada nas análises dos fatores que perpetuaram a forte concentração de renda, sobretudo durante os anos do “milagre econômico brasileiro”, do II PND e da chamada “década perdida” dos anos 1980.

**GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL REAL DESDE SUA CRIAÇÃO (1940-2009)**



FONTE: IPEADATA

NOTA: Índice dos valores do salário mínimo real, a preços de abril de 2010, pelo INPC-IBGE e ICV-Fipe (para o período 1940-1944).

Pesquisas históricas mostram que boa parte dos estudos dedicados ao tema do salário mínimo preocupa-se mais com a dimensão política da legislação trabalhista estabelecida durante o *Estado Novo* (1937-1945) e deixam em segundo plano o fato de que o salário mínimo constituiu um poderoso instrumento da **acumulação de capital urbano-industrial** (MENDONÇA, 1985). Como o salário mínimo tornou-se a referência de base nos julgamentos dos dissídios coletivos, ele convertia-se no parâmetro para a fixação do salário direto. Mas diferentemente do que se busca numa estratégia consistente de desenvolvimento

econômico e social, àquela época, a legislação salarial cumpria uma tarefa perversa de nivelar por baixo o conjunto dos salários. Essa característica, juntamente com o controle dos trabalhadores e dos movimentos sociais<sup>11</sup>, permaneceria como uma das marcas dos regimes autoritários subseqüentes.

De 1961 a 1980, enquanto o PIB per capita cresceu 127 % em termos reais, o salário mínimo real caiu 34 %. Se for considerado o período de 1961 a 1992, a queda praticamente dobra (- 62 %), enquanto o crescimento acumulado do PIB per capita foi da ordem de 113 %. Apenas a partir de 1994 é que se observa uma recuperação do salário mínimo real médio que, no entanto, permanece em cerca de 56 % do seu valor máximo histórico. Portanto, quando o regime de alto crescimento econômico do período 1966-1980 é criticado também por ter-se baseado e aprofundado ainda mais a forte concentração de renda da sociedade brasileira, uma das causas deve ser buscada na deterioração do poder aquisitivo do salário mínimo.

Pela Constituição de 1988, o salário mínimo passou a ser nacionalmente unificado. Seu valor estabelecido pelo governo deveria atender às necessidades do trabalhador assalariado e de sua família com respeito à moradia, alimentação educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social. Mas isto implica que sua fixação deve refletir a evolução do custo de vida correspondente ao modo de consumo assalariado brasileiro e inclusive captar suas heterogeneidades regionais. Esta é a razão de existência do **salário mínimo regional**.

A partir de 1994, o salário mínimo real entra em uma fase de recuperação, decorrente da política governamental de recomposição de seu poder aquisitivo. Destaque-se, porém que seu valor real ainda está muito aquém do mínimo suficiente para garantir a cobertura de todos os custos de reprodução da força de trabalho. Estes obviamente não se restringem ao consumo individual do trabalhador, mas deve incluir os de sua família.<sup>12</sup>

Uma avaliação mais precisa do afastamento entre o valor do salário mínimo oficial e o valor que deveria ter se efetivamente refletisse o custo de reprodução da força de trabalho no Brasil, pode ser obtida pelo exame do Gráfico 8. Comparam-se os valores do **salário mínimo oficial (SM)** com o valor do **salário mínimo necessário** calculado pelo DIEESE, de maneira

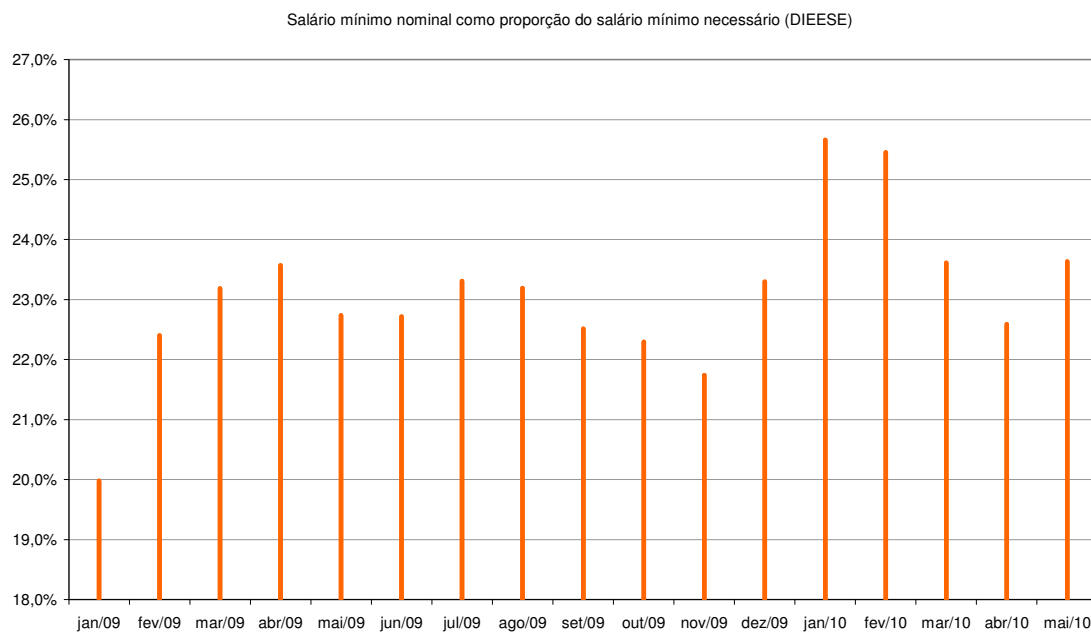
---

<sup>11</sup> Segundo MENDONÇA (1985, p. 30), “o imposto sindical – cobrado de cada trabalhador com base em um dia de trabalho por ano – além de propiciar à União considerável reforço em sua receita, contribuiu para consolidar o papel tutelar do Estado junto aos sindicatos.”

<sup>12</sup> Desde grandes os economistas clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, que se reconhece que os custos de reprodução da força de trabalho não se restringem ao indivíduo. A reprodução do trabalhador enquanto indivíduo não é dissociável, sem ônus social, da reprodução dos trabalhadores enquanto classe social, daí que os custos de reprodução devem incluir os gastos com sua família.

a se respeitar os preceitos constitucionais. Por exemplo, para o mês de maio de 2010, o salário mínimo oficial corresponde a pouco mais que 23,5% do montante definido pela Constituição Federal do Brasil de 1988.

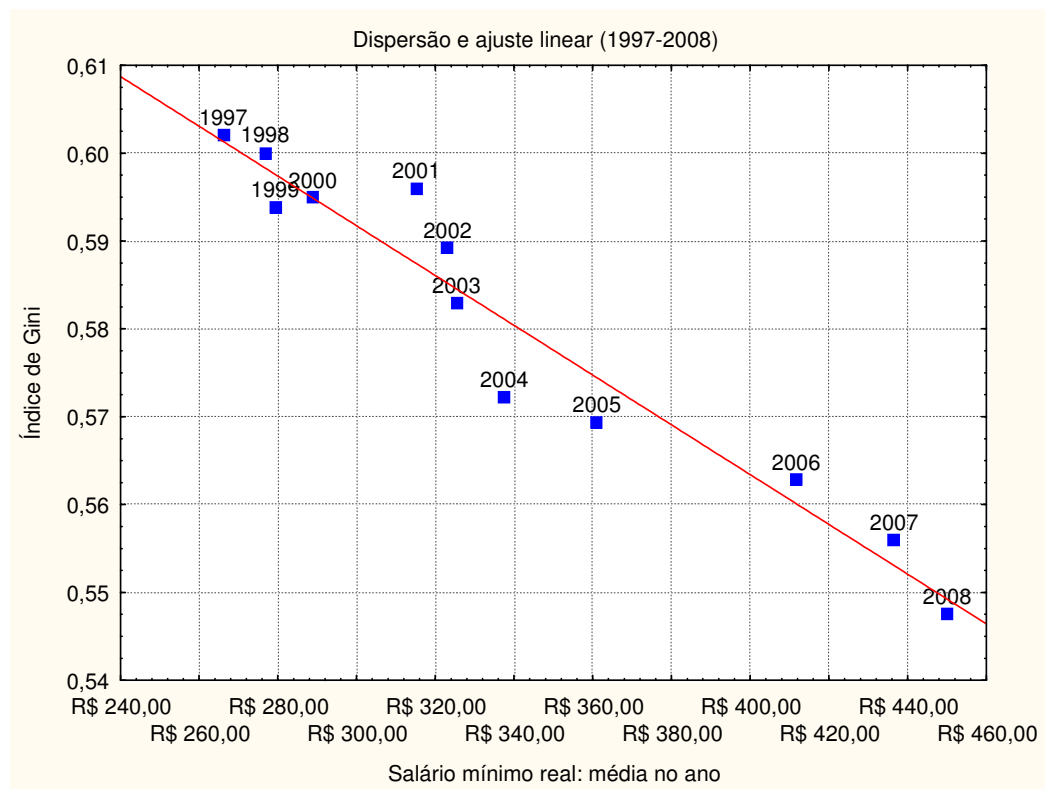
**GRÁFICO 8 – SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL E SEU “GAP” CONSTITUCIONAL (JAN/2009 – MAI/2010)**



FONTE: IPEADATA e DIEESE.

NOTA: Salário mínimo necessário é o salário mínimo de acordo com o preceito constitucional "salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim" (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV).

O Gráfico 9 mostra a forte associação entre o SM e o índice de Gini. Como sustentado por vários estudos empíricos e teóricos, a correlação é nitidamente negativa. Isto significa que os aumentos do salário mínimo real tendem a reduzir a concentração de renda. Embora devam ser considerados diversos outros fatores que concorrem para a queda da concentração de renda no Brasil (estabilidade de preços, programas assistenciais e políticas públicas, instituições da previdência social e sua extensão aos trabalhadores rurais, elevação dos níveis de escolaridade, etc.) a correlação negativa reforça as hipóteses e resultados das pesquisas que argumentam em prol da fixação do SM como uma política de governo eficaz de redução das desigualdades sociais.

**GRÁFICO 9 – O SALÁRIO MÍNIMO REAL REDUZ A DESIGUALDADE DE RENDA (1997-2008)**

FONTE:IBGE e IPEADATA.

NOTA: Salário mínimo real obtido a partir do salário mínimo nominal deflacionado pelo INPC-IBGE e ICV-Fipe (para o período 1940-1944).

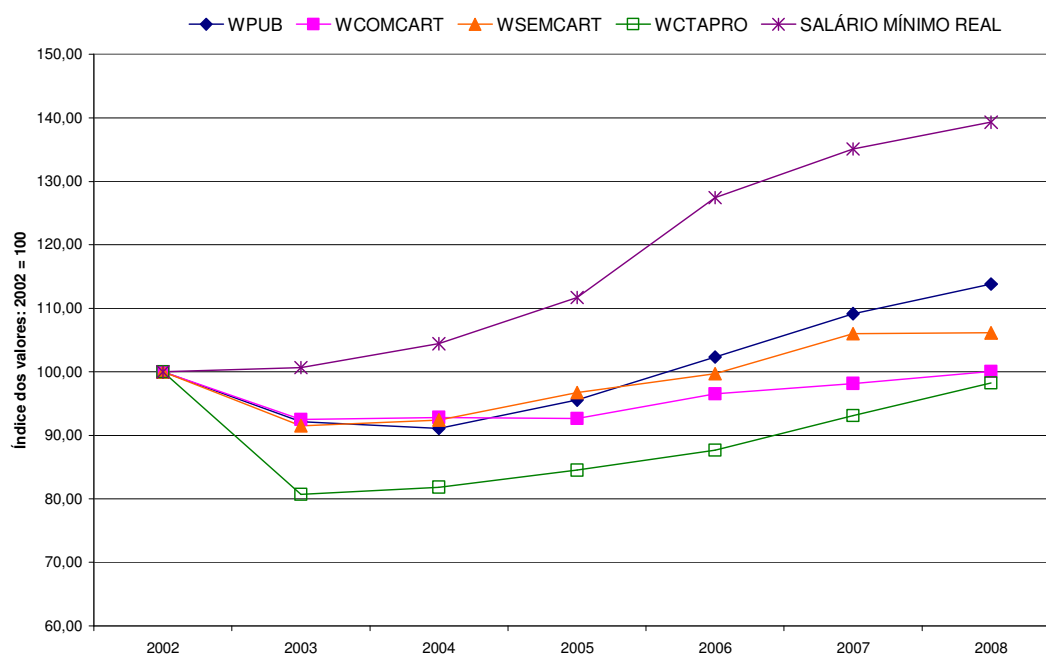
O Gráfico 10 permite observar-se as tendências de evolução do salário mínimo real (SMR), do rendimento médio real dos empregados no setor público (WPUB), dos trabalhadores com carteira (WCOMCART), sem carteira (WSEMCART) e conta própria. As seguintes constatações podem ser feitas. Quando se considera o período completo 2002-2008, enquanto WCOMCART e CTAPRO não chegaram a recuperar os valores que possuíam em 2002, WSEMCART teve um ganho real da ordem de 6,13%. WPUB acumulou crescimento de 14%. Todavia, o SMR cresceu 39,3%. Essas evidências tornam necessárias novas investigações sobre os efeitos do SM para a determinação dos rendimentos reais na economia brasileira.

#### 4.2 O crescimento econômico como variável determinante da superação dos LEDE

Os **limites estruturais ao desenvolvimento econômico (LEDE)** impostos pelo regime de crescimento subordinado à acumulação rentista-financeira para o caso do Brasil foram analisados por MEDIADEA (2009). Os LEDE expressam a existência de restrições macroeconômicas e estruturais que, quando não bloqueiam o processo de desenvolvimento econômico e social de um país ou região o retardam significativamente. Esta noção torna-se relevante na medida em que permite a consideração, num mesmo quadro analítico, das

dimensões *quantitativa* (maximização do produto, da renda e do emprego) e *qualitativa* (melhora do perfil distributivo, esperança de vida, preservação ambiental, qualidade da ocupação, estruturas de *welfare*, etc.) desse processo fundamental às sociedades humanas. Neste contexto, um regime de baixo e instável crescimento econômico converte-se ele mesmo num LEDE, uma vez que o ritmo de geração de emprego e de renda pode se manter aquém dos níveis necessários à satisfação das demandas sociais.

#### GRÁFICO 10 – SALÁRIO MÍNIMO REAL E RENDIMENTO MÉDIO REAL POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO (2002 -2008)



FONTE: Dados da PME-IBGE obtidos no IPEADATA.

NOTA: WPUB = rendimento médio real dos empregados públicos; WCOMCART = idem para os empregados assalariados com carteira; WSEMCART = idem para os sem carteira; WCTAPRO = idem para trabalhadores por conta própria.

Consequentemente, uma variável fundamental no processo de desenvolvimento social é a velocidade com que o PIB per capita avança, porque as questões redistributivas dificilmente podem ser equacionadas sem que o produto social seja suficiente para a totalidade da população. Na década de 1980, alguns estudos sobre sistemas econômicos comparados costumavam argumentar que as economias socialistas eram muito eficazes em distribuir a renda, mas muito pouco em produzi-la. Por outro lado, se ao longo de toda a sua história, o capitalismo tem demonstrado sua incontestável capacidade para gerar riquezas, esse sistema econômico tem sido incapaz de distribuí-la de forma equitativa e socialmente justa. A razão principal reside na natureza essencialmente concentradora da lógica mercantil enquanto

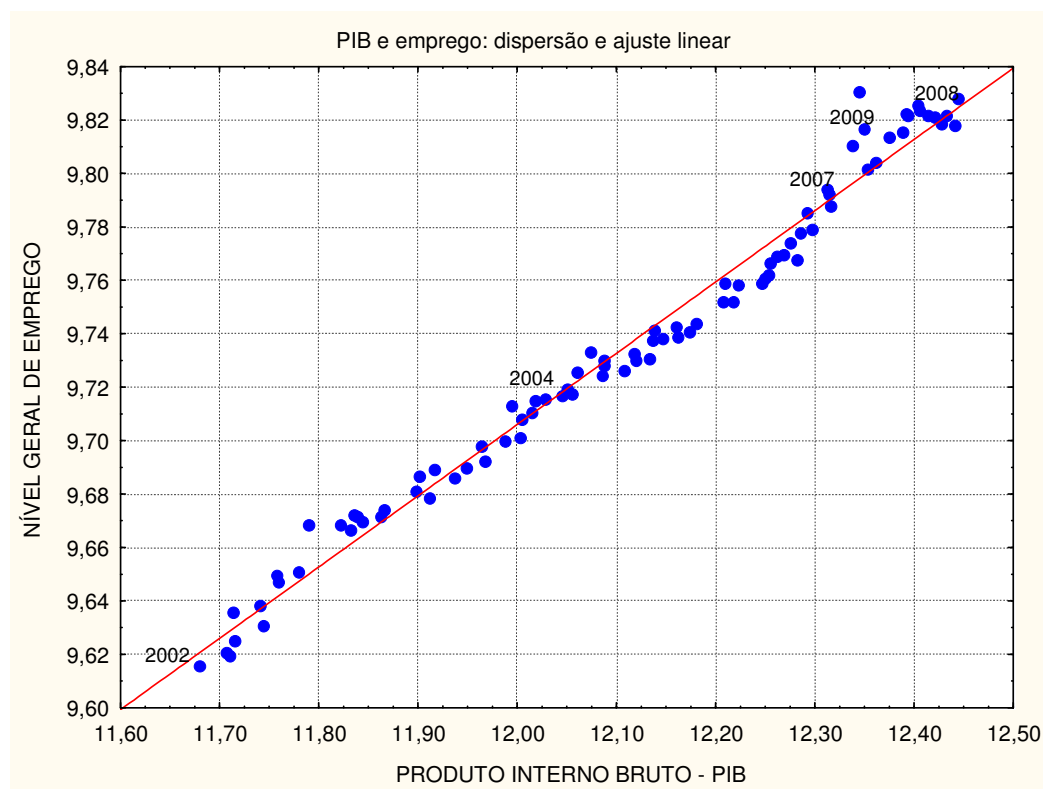
suporte da acumulação de riquezas, o que torna os papéis do Estado insubstituíveis quando se trata da busca de configurações institucionais mais consentâneas com as necessidades sociais.

Taxas baixas ou voláteis de crescimento econômico tornam a demanda efetiva muito instável e pouco previsível. Num ambiente macroeconômico desse tipo, as expectativas de investimento são deterioradas, conduzindo a economia para ciclos de baixa amplitude e reduzidas taxas de acumulação de capital fixo. A acumulação de capital fixo corresponde ao ritmo de crescimento do estoque de máquinas e equipamentos mais as construções residenciais e não-residenciais. Nessas condições a capacidade de geração de emprego é comprometida e as tendências de expansão da população em idade ativa (PIA) e da população economicamente ativa (PEA) elevam as taxas de desemprego estrutural.

Por esta razão, no caso brasileiro contemporâneo, devem-se destacar os efeitos macroeconômicos da transição demográfica sobre o processo de desenvolvimento deste país. Atualmente, a PIA já representa 68% da população total e se a economia puder crescer a taxas mais elevadas e contar com políticas adequadas de geração de emprego e de distribuição de renda, a transição demográfica certamente contribuirá para acelerar o processo de desenvolvimento social. Segundo os estudos demográficos, até 2030, a chamada razão de dependência - que é a participação da população com idade menor do que 14 anos mais a população maior que 65 anos na população em idade ativa - será historicamente a menor. Esta condição tende, potencialmente, a favorecer o desenvolvimento, mas desde que a economia faça a sua parte, com a expansão mais rápida do PIB per capita com geração de empregos.

A literatura sobre o tema tem denominado este fenômeno como representativo de um “bônus” ou “dividendo” demográfico. De forma mais prudente, alguns estudos preferem denominá-lo por “janela de oportunidade demográfica”, para enfatizar o fato de que tal processo não ocorrerá automática e necessariamente, pois não depende apenas de características inerentes às mudanças na estrutura etária da população de um país. Depende fundamentalmente das respostas econômicas às condições potencialmente favoráveis no plano demográfico.

As evidências empíricas confirmam a forte associação entre o produto interno bruto e a geração de emprego no Brasil, reforçando a importância do crescimento econômico para a ocupação. A forte correlação positiva entre essas duas variáveis pode ser observada no Gráfico 11, mostrando que à medida que o PIB cresce, cresce também o nível geral de emprego.

**GRÁFICO 11 – CRESCIMENTO ECONÔMICO E NÍVEL DE EMPREGO (2002 T2 – 2008 T2)**

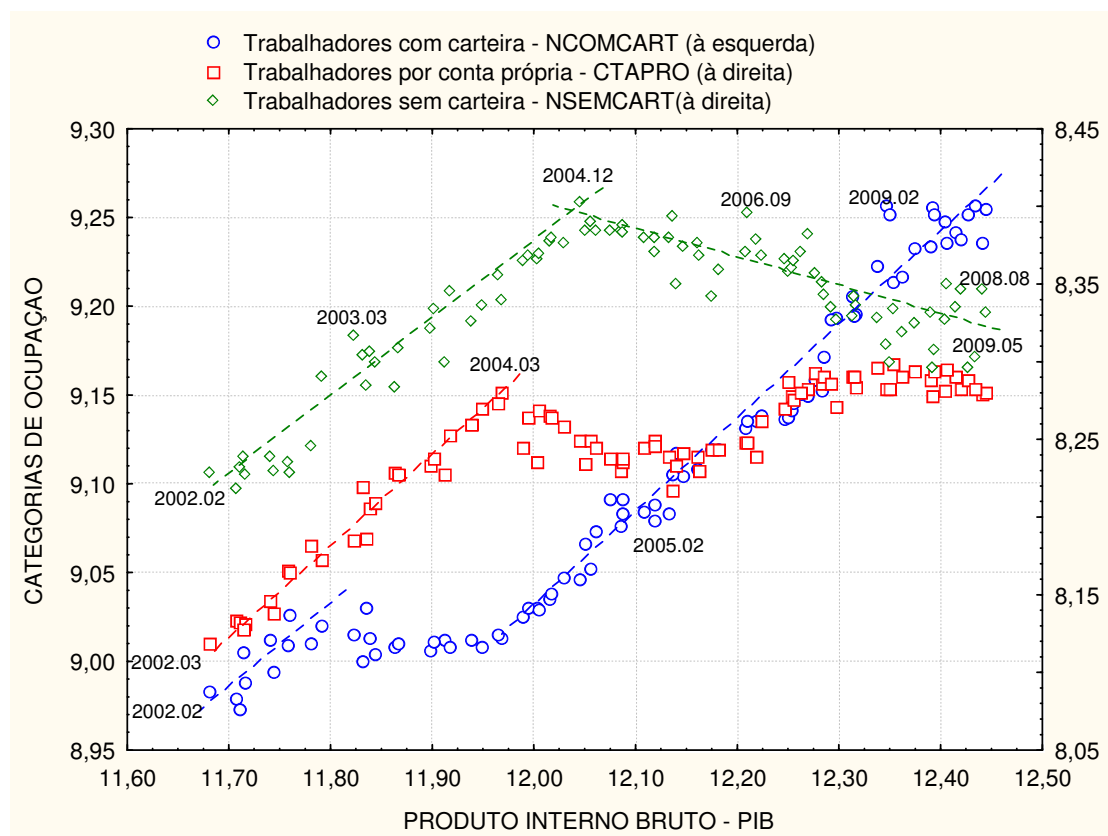
FONTE: PME-IBGE para o nível de emprego e Banco Central do Brasil para o PIB mensal.

NOTA: As variáveis foram tomadas em logaritmo natural.

O diagrama de dispersão representado no Gráfico 12 mostra agora a associação entre a dinâmica do PIB brasileiro e a ocupação por categoria: a dos segmentos dos trabalhadores com carteira (NCOMCART), sem carteira (NSEMCART) e conta própria (CTAPRO), para o período 2000-2009, em dados mensais. Há um primeiro período em que o crescimento econômico é suficiente para “puxar” os três segmentos, mas de modos contrastados. Os SEMCART e CTAPRO são os que permaneceram sob trajetórias mais longas de expansão, até 2004. Os trabalhadores com carteira entram em uma fase de estagnação em 2003. Mas, em linhas gerais, neste primeiro período, como as taxas de crescimento são baixas e instáveis, o emprego informal cresce, mas com ele cresce também o emprego informal.

Em presença de tendências recorrentes à estagnação econômica ou à instabilidade do crescimento econômico, as firmas resistem, defensivamente, à formalização de seus quadros, dada a incerteza quanto à evolução da demanda efetiva. Após avaliarem que o crescimento da demanda é sustentável, procedem à formalização das relações de emprego. A partir de 2004, a evolução dos empregados com carteira é muito diferente, surgindo uma nítida trajetória de expansão. Afirma-se um processo de formalização que parece ser sustentado, permanecendo até o início de 2009.

**GRÁFICO 12 – CRESCIMENTO ECONÔMICO E OCUPAÇÃO POR CATEGORIA (2002 M06 – 2009 M05)**



FONTE: Cálculos dos autores com base nos dados do IBGE e IPEADATA.

NOTA: As variáveis foram tomadas em logaritmo natural.

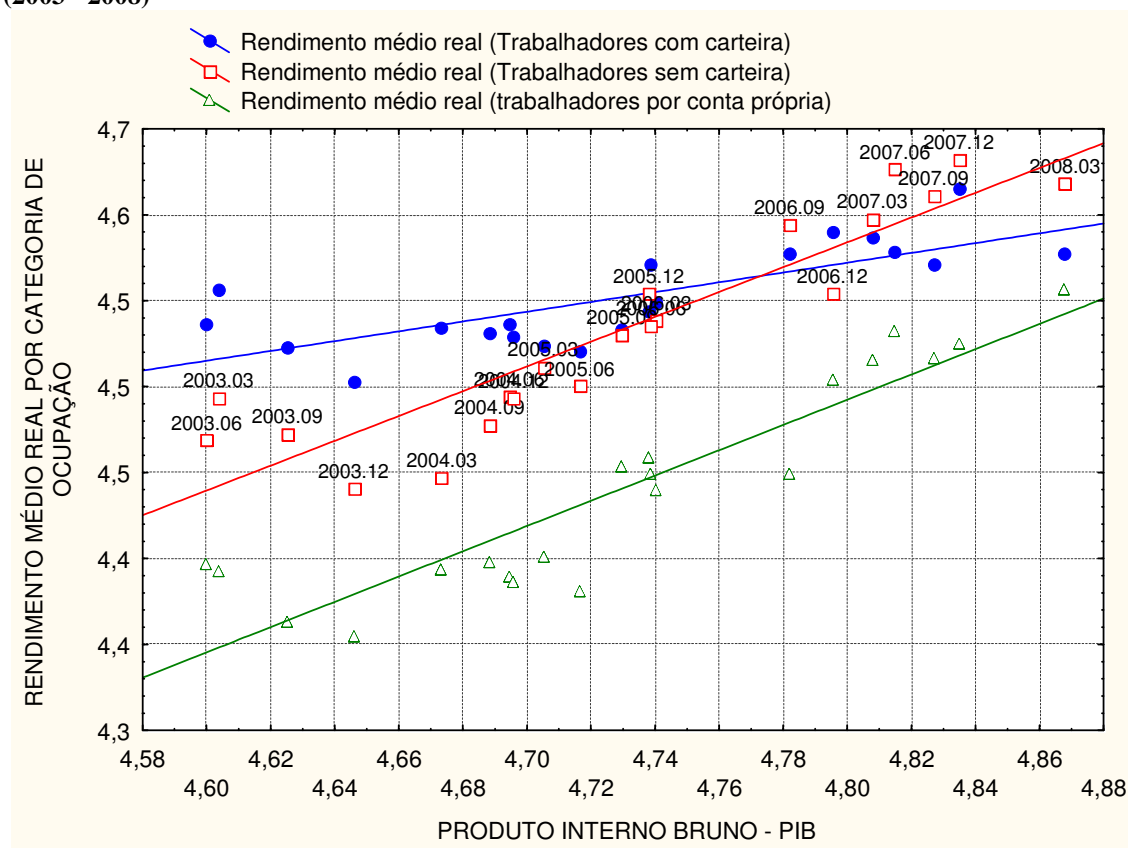
Observando-se o Gráfico 13, constata-se que os rendimentos médios reais dos trabalhadores sem carteira e conta própria revelam-se mais sensíveis ao PIB do que os rendimentos dos trabalhadores com carteira. Este tipo de comportamento é de fato esperado, pois no segmento formal, os salários são fixados contratualmente e apenas no caso de haver concessões ou cláusulas contratuais que facultem reajustes periódicos, por incorporação de ganhos de produtividade ou participação nos lucros, se esperaria um grau de resposta maior – ou elasticidade - ao crescimento econômico<sup>13</sup>. Uma conclusão direta surge neste contexto: os segmentos informais são pró-cíclicos e, portanto, mais dependentes do maior dinamismo da economia.

Diversos estudos mostraram que o período pós-liberalização e pós-Real foi marcado também pela desconexão entre os salários reais e os ganhos de produtividade do trabalho, o

<sup>13</sup> Em Economia, tecnicamente se denomina o grau de resposta de uma variável às variações em outra variável por elasticidade.

que levou a uma queda rápida da parcela salarial e à recuperação da taxa média de lucro da economia brasileira<sup>14</sup>.

**GRÁFICO 13 – CRESCIMENTO ECONÔMICO E RENDIMENTO MÉDIO REAL POR CATEGORIA (2003 - 2008)**



FONTE: Cálculos dos autores com base nos dados do IBGE e IPEADATA.

NOTA: As variáveis foram tomadas em logaritmo natural.

Apenas no subperíodo 2005-2008, como se mostrou mais acima, é que o salário médio real do segmento com carteira recuperou-se face aos ganhos de produtividade do trabalho. Um aumento de 10% no salário mínimo real tende a elevar em 2,8% o salário médio real dos trabalhadores com carteira assinada. Já o mesmo aumento da relação salário/câmbio, decorrente de uma apreciação cambial, elevaria o salário médio real dessa categoria em apenas 0,9%. Isto revela que, neste período de análise, há uma baixa sensibilidade dos salários dos trabalhadores com carteira à apreciação cambial.<sup>15</sup>

## 5. Transição demográfica e regime de crescimento em interação macrodinâmica

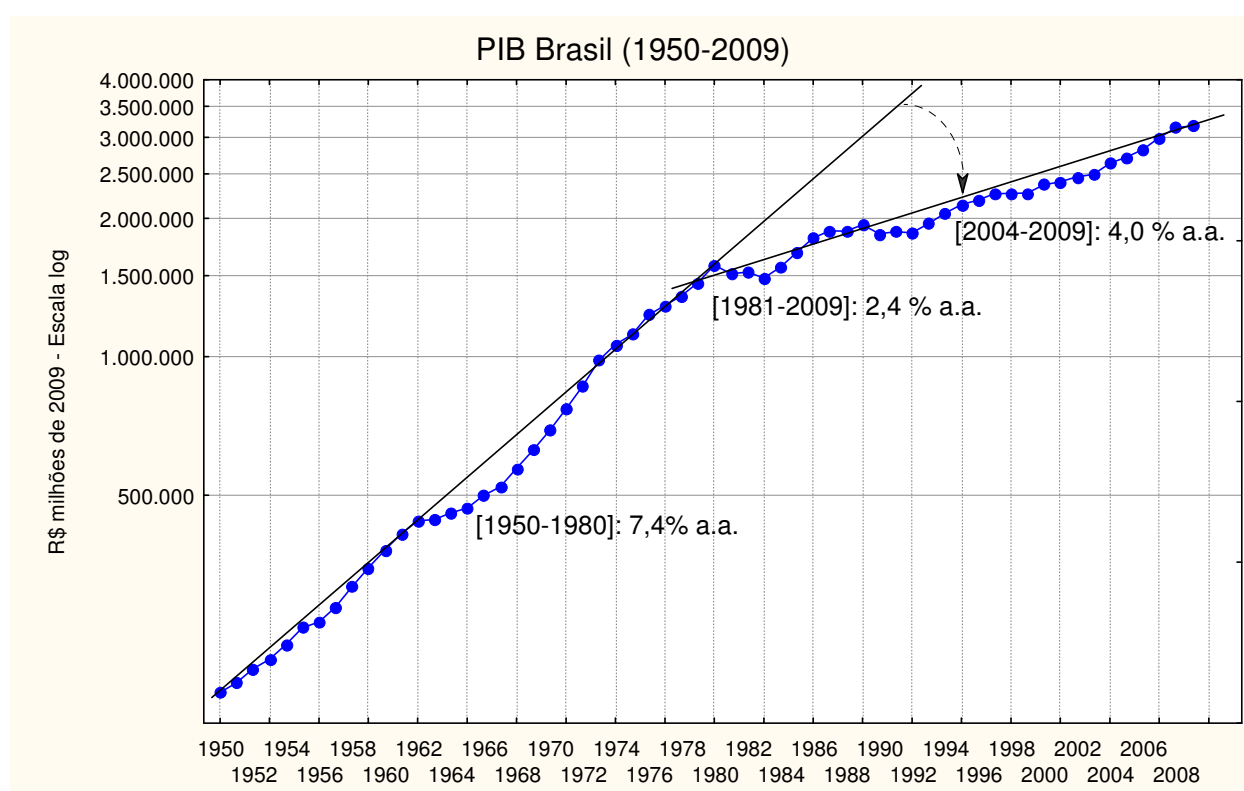
O Brasil perdeu sua trajetória de forte crescimento econômico na década de 1980, mas tem apresentado grande dificuldade para recuperá-la sob o atual modelo econômico pós-

<sup>14</sup> Conforme BRUNO (2005 e 2008) e MARQUETTI (2005).

<sup>15</sup> Essas elasticidades foram estimadas econometricamente, mas, por economia de espaço, os testes utilizados não serão exibidos neste estudo.

liberalização. Ver Gráfico 14 onde são representadas as trajetórias ou tendências de alto crescimento (1950-1980) e de baixo crescimento econômico (1981-2009). Apesar da recuperação nos últimos cinco anos, as taxas de crescimento do produto interno bruto são muito baixas para um país ainda subdesenvolvido e de renda média. Embora não se possa atribuir às razões do baixo e instável crescimento econômico do período de globalização à forma de inserção neoliberal que marcou o Brasil nesse período, o modelo econômico atual apresenta grande dificuldade para garantir por períodos longos taxas elevadas e sustentáveis de expansão do nível de renda e de produto.

**GRÁFICO 14 – A TENDÊNCIA DE BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO SE MANTÉM NO PERÍODO DE LIBERALIZAÇÃO (1950-2009)**



FONTE: IPEADATA.

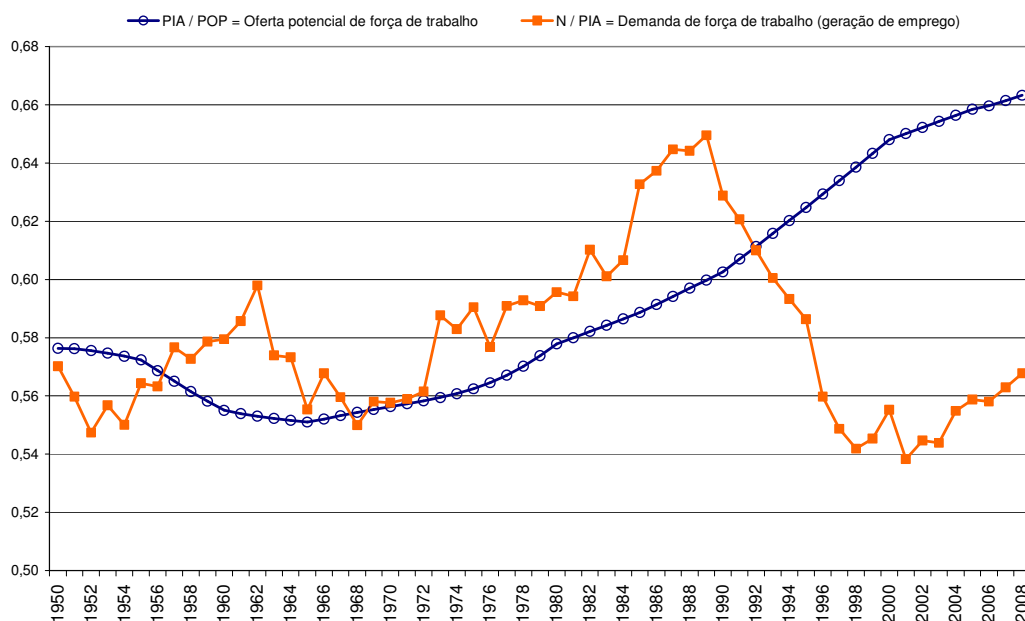
As razões normalmente apontadas são várias: a) pressões sobre o equilíbrio do balanço de pagamentos, desencadeadas pela grande saída de recursos na forma de lucros, juros e dividendos, que se soma aos fluxos de pagamentos pela produção importada, levam o Estado, através do banco central, a desacelerar a economia. Para isso ele recorre à justificativa do controle inflacionário e legitima a política de aumentos periódicos da Selic de acordo com o sistema de metas de inflação; b) ausência de uma estratégia de desenvolvimento nacional que recupere a importância da indústria como base do desenvolvimento social e econômico; c) Dada a opção por uma configuração neoliberal de adesão aos mercados globais, A

liberalização financeira com mercado de derivativos profundo comanda, em última instância, os níveis da taxa de câmbio real e das taxas de juros de acordo com as demandas dos operadores da alta finança e detentores de capital e não de acordo com as necessidades do desenvolvimento industrial e de outros setores fundamentais à economia nacional; c) A financeirização da economia brasileira reduz a autonomia da política econômica ao formatá-la e impor sua gestão de acordo com as necessidades da acumulação bancária e financeira. Nessas condições, o papel do Estado como financiador dos grandes projetos nacionais via crédito público torna-se ainda mais premente para compensar a baixa propensão das instituições financeiras privadas aos financiamentos de longo prazo. Todavia, o crédito público torna-se ele mesmo limitado pela lógica da financeirização por renda de juros a que está submetido o Estado brasileiro.

O Brasil vem atravessando seu processo de transição demográfica cujas maiores expressões são o aumento tendencial e de longo prazo da razão PIA/POP e a concomitante e rápida redução, apesar de temporária, da participação relativa de idosos e de crianças na população total. Esse fenômeno que não pode ser apreendido como sendo puramente demográfico nem puramente econômico, vem elevando o número de indivíduos aptos ao trabalho e reduzirá proporcionalmente o número de dependentes idosos e de crianças por família. Se a economia brasileira estiver macroeconomicamente orientada por uma política econômica de promoção do crescimento e do emprego a taxas suficientemente elevadas para absorver a crescente razão PIA/POP, então as oportunidades do desenvolvimento sócio-econômico serão realmente concretizadas. Se, por outro lado, as taxas de crescimento econômico forem baixas ou insuficientes, a crescente razão PIA/POP promoverá o desemprego de longo prazo, intensificando os movimentos migratórios rumo a regiões do país ou do mundo onde haja maior probabilidade de inserção econômica.

A partir do Gráfico 15 pode-se observar que, de 1950 a 1989, a economia brasileira não apresentava problemas maiores para absorver o contingente crescente de força de trabalho, já que as taxas de crescimento do PIB eram muito elevadas. Aliás, na maior parte desse período a razão N/PIA (demanda de mão-de-obra por parte do sistema econômico) esteve acima da razão PIA/POP (oferta potencial de mão de obra). O importante a ser destacado é que, nesse período, esses indicadores seguiram uma tendência de evolução comum, expressão de que o aparelho produtivo nacional mostrava-se potencialmente capaz de gerar um número de postos de trabalho compatível com a expansão e a estrutura etária da população brasileira que crescia a uma taxa média de 3% ao ano.

### GRÁFICO 15 – O REGIME DE CRESCIMENTO ATUAL MANTÉM A ECONOMIA MUITO AQUÉM DO PLENO EMPREGO (1950-2008)



FONTE: Cálculos dos autores com base nos dados do IBGE, IPEADATA e Marquetti (2003).

Muito diferente será o padrão de evolução dessas variáveis no período 1990-2008, em que o país se reinsere no cenário internacional. Observe-se que a população brasileira cresce agora a uma taxa média de 1,4%, que é menos da metade da observada no período precedente. Aprofundando sua liberalização comercial e financeira ao longo da década de 1990, o Brasil optou por uma nova forma de inserção internacional passiva e subordinada à racionalidade dos mercados financeiros globais. Um padrão, portanto muito diferente do observado nas economias que mais crescem no mundo. Nesse período pós-liberalização, a razão PIA/POP segue crescendo, pois se trata de uma tendência populacional de longo prazo, e atinge seu pico no gráfico em 2008, representando o fato de que 67% da população brasileira já estão em idade de trabalho.

O destaque agora fica para a razão N/PIA que entre 1990-1998 se descola nitidamente da razão PIA/POP. Conhece então uma queda espetacular, sinal de que o modelo econômico pós-liberalização, em sua fase inicial, mostrou-se incapaz de gerar os postos de trabalho necessários diante da crescente oferta de força de trabalho. A queda se acentua ainda mais, a partir de 1994, fase de vigência do regime de câmbio fixo ajustável (âncora cambial) que marcou a implementação do Plano Real e o início da especialização regressiva da indústria brasileira. Forçada a uma concorrência internacional sem contar com o apoio de políticas setoriais e de uma estratégia consistente de desenvolvimento econômico nacional, a indústria de transformação brasileira reduzirá seus quadros em mais de 40% e perderá mais de 50% de sua participação no PIB.

O sub-período posterior a 2002, aponta para uma tendência de crescimento da razão N/PIA, mas apesar dessa recuperação bem-vinda, o afastamento entre os dois indicadores é ainda demasiadamente elevado, permanecendo em torno dos 10% (67% - 57%). Cifra que pode ser considerada uma boa proxy para a taxa de desemprego total no Brasil (que inclui, além do desemprego aberto computado pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, os desempregos ocultos pelo desalento e pelo trabalho precário). Como consequência direta dessa desconexão entre essas duas razões, os indicadores de violência social vão explodir no Brasil na década de 1990. Baixo e instável crescimento econômico, elevado desemprego conjuntural e estrutural, aumento rápido da concentração funcional da renda em favor dos lucros, “inchaço do setor serviços”<sup>16</sup> e precarização das relações de trabalho vão se conjugar como fatores de destruição da coesão social.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou destacar os impactos do atual regime de crescimento econômico pós-liberalização sobre a geração de emprego e sobre as desigualdades de renda. Nessa perspectiva, a pobreza e as desigualdades sociais são consideradas também como problemas macroeconômicos e não apenas como fenômenos derivados de características individuais ou microeconômicas. Isto implica que a superação dos limites estruturais ao desenvolvimento social e econômico não depende apenas da formatação e implementação de boas políticas públicas e sociais. Como o modelo econômico vigente e sua institucionalidade, o regime de acumulação, é o substrato das regularidades que reproduzem os padrões de vida e estabelecem os próprios limites de sua transformação, políticas públicas devem ser formatadas em articulação com políticas macroeconômicas de promoção do emprego e da renda, sob pena de se tornarem excessivamente sobrecarregadas pela elevação das taxas de desemprego ou pelo baixo e instável crescimento do produto.

A opção por uma nova forma de inserção internacional do Brasil, sob formatação institucional neoliberal, foi determinante da elevação da concentração funcional da renda em favor dos lucros, particularmente dos lucros financeiros. E esse resultado tem sido destacado pela literatura internacional para diversos países no período de globalização. Entretanto, no caso brasileiro, ficou evidente a correlação positiva entre acumulação de capital fixo produtivo e crescimento do nível de emprego, no período em questão. Isso reforça a

---

<sup>16</sup> Expressão proposta por CARDOSO JR. (2001), “*Crise e desregulação do trabalho*”. TD nº 814, IPEA, Brasília, agosto de 2001, para caracterizar o avanço anormal das atividades terciárias, enquanto o setor industrial perdia participação relativa no produto total, em razão do fechamento de plantas e da especialização regressiva. Conseqüentemente, o crescimento do setor terciário nos anos 1990 não refletia uma tendência normal de expansão dos serviços que acontece quando a economia começa a desenvolver-se.

importância do investimento como elemento imprescindível à inserção econômica e ao desenvolvimento social.

Apesar da redução da desigualdade de renda observada desde meados dos anos 1990, persiste uma alta concentração de renda e, conseqüentemente, ainda há muito a fazer no que concerne à melhoria das condições de vida e de trabalho dos brasileiros. Portanto, as políticas públicas devem estar associadas a reformas estruturais capazes de ampliar o acesso a ativos produtivos, como a propriedade da terra, inclusive. Apesar da falta de consenso na literatura econômica quanto às relações entre crescimento econômico e desigualdade da renda, é de suma importância considerar o fato de que o desenvolvimento econômico não pode ser atingido sem crescimento da renda *per capita* e melhoria na repartição entre os atores sociais. Mas a questão social brasileira não se limita apenas aos aspectos concernentes à concentração de renda e à propriedade de ativos. Há uma preocupação quanto às disparidades regionais que não pode ser superada pela tendência recente de queda da concentração de renda.

Outro ponto a destacar é relativo aos salários, devido ao seu caráter ambíguo, ou seja, é simultaneamente um custo de produção e também principal fator de demanda nas sociedades capitalistas modernas. Sua redução pode restabelecer, no curto prazo, a lucratividade das empresas, mas as expectativas de investimentos ficam comprometidas, impedindo a sustentabilidade da demanda efetiva. Trata-se do problema fundamental da regulação da relação capital-trabalho. A experiência brasileira na configuração da relação salarial é singular devido às seguintes características: grau de formalização; mecanismos institucionais de proteção das relações de emprego; flexibilidade e formas de determinação dos salários. Mesmo assim, no Brasil, verifica-se uma forte correlação entre o consumo das famílias e a massa salarial.

A análise empírica do caso brasileiro também reforça a importância fundamental da interação dos fatores micro e macroeconômicos para a eficiência das políticas redistributivas e de combate a pobreza. A recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo foi fundamental para dinamizar a economia, a partir de seus impactos positivos sobre a evolução da demanda efetiva.

Finalmente, deve-se considerar a questão da transição demográfica. Nesse processo que o país vem atravessando, verifica-se o aumento tendencial e de longo prazo da razão PIA/POP e a redução da participação relativa de idosos e crianças na população total. Havendo uma política consistente de promoção do crescimento econômico e do emprego a taxas elevadas para absorver a crescente relação PIA/POP, a trajetória rumo ao

desenvolvimento social estará garantida. Caso contrário, as taxas de desemprego aberto e oculto pelo desalento e pelo trabalho precário permanecerão elevadas e os fluxos migratórios para regiões do Brasil e do mundo com maiores probabilidades de inserção econômica serão intensificados, o que pode resultar em efeitos perversos sobre a economia.

## BIBLIOGRAFIA

AGHION, P.; CAROLI, E. GARCÍA-PEÑALOSA, C. *Inequality and economic growth: the perspective of new growth theories*. CEPREMAP, n°9908, Paris, June 1999;

AGLIETTA, M. *La crise: pourquoi en est-on arrivé là? Comment en sortir?* Paris: Michalon, 2008.

ARAÚJO, E.; BRUNO, M.; PIMENTEL, D. *Regime Cambial e mudança estrutural na indústria de transformação brasileira: novas evidências para o período (1994-2008)*. XII Encontro da Anpec Sul. Maringá 24 a 26 de junho de 2009.

BOYER, Robert. *Deux défis pour le XXI siècle: discipliner la finance et organiser l'internationalisation*. CEPREMAP, Paris, n. 2000-08, Jan. 2000.

BOYER, Robert. *État, marché et développement: une nouvelle synthèse pour le XX<sup>e</sup> siècle?* CEPREMAP. N°9907, Paris, novembre, 1998.

BRUNO, Miguel. *Transição demográfica e regime de acumulação financeirizado no Brasil: bônus ou ônus para a previdência social?*. In Fagnani, E.; HENRIQUE, W.; LÚCIO, C. G. (orgs.). *Previdência Social- como incluir os excluídos?* LTR, São Paulo, 2008;

BRUNO, M. *Acumulação de capital e crescimento econômico no Brasil: uma análise do período 1950-2006*. In: Sicsú, J. e Miranda, P. *Crescimento Econômico: Estratégias e Instituições*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BRUNO, Miguel. *Desenvolvimento econômico e redução das desigualdades no Brasil: a importância da distribuição de renda, da geração de emprego e do salário mínimo*, mimeo, 2009;

BRUNO, M. *et alli. Finance-Led Growth Regime No Brasil: Estatuto Teórico, Evidências Empíricas e Consequências Macroeconômicas*. Texto para Discussão n. 1455, IPEA, Brasília, 2009

BRUNO, Miguel., SILVA, Renaut Michel. B. da. *Desenvolvimento econômico e infraestrutura no Brasil*. In *Análises e Propostas*, n° 38, Fundação Friedrich Ebert, dezembro de 2009;

BRUNO, Miguel., FREIRE, Denise Guichard. *Impactos da financeirização sobre a ocupação no Brasil: uma análise dos determinantes estruturais e macroeconômicos*, X Encontro Nacional da ABET, julho de 2007;

CARDOSO, JR. José Celso. *A Constituição Brasileira de 1988 revisitada*. IPEA, Brasília, 2009;

HARRISON, Ann E. *Has globalization eroded labor' share ? Some cross-country evidence*. UC Berkeley and NBER. October, 2002.

DEDECCA, C.S. *Trabalho, financeirização e desigualdade*. Texto para Discussão n. 174, IE/UNICAMP, Campinas, 2010

LAUTIER, B.; MARQUES-PEREIRA, J.; SALAMA, P. *Régime de croissance, vulnérabilité financière et protection sociale en Amérique latine. Les conditions "macro" de l'efficacité de la lutte contre la pauvreté*. CEPAL. Santiago do Chile, jan. 2004.

MADDISON, Angus. *Evidence submitted to the Select Committee on Economic Affairs*, House of Lords, London, for the inquiry into "Aspects of the Economics of Climate Change", February 2005;

MEDIALDEA, Bibiana. *Subdesarrollo, capital extranjero y financiarización: la trampa financiera de la economía brasileña*. Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid; 2009

MARQUES-PEREIRA, Jaime, (2007), *Crecimiento, conflicto distributivo y soberanía monetaria en Argentina*, en Boyer, R. et Neffa, J., *Salida de crisis y alternativas de desarrollo, La experiencia argentina*, Miño y Dávila / CIEL/CIEPPE / Institut CDC pour la recherche, pp.177-207, Buenos Aires.

MARQUETTI, Adalmir. *Nota metodológica sobre as informações estatísticas utilizadas na análise do padrão de progresso técnico na economia brasileira, 1950-1998*. Instituto de Economia/ PUC-RS, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil : opções de desenvolvimento*. 2ª Edição. Editora Graal. Rio de Janeiro, 1988.

PALLEY, Thomas. *Financialization: what it is and why it matters*. Working Papers n. 525, The Levy Economics Institut of Bard College. December, 2007;

PLAMA, José Gabriel. *Inequality and globalization: homogeneous middles vs. heterogeneous tails*. Cambridge University, UK, may 2010;

RADA, C. *Introducing Demographic Changes in a Model of Economic Growth and Income Distribution*. Working Paper no. 2009-01, Department of Economics Working Papers Series, University of Utah, 2009.

SAINT-PAUL, Gilles. *Interpreter correctement l'évolution de la part salariale*. Université de Toulouse I et Ministère de l'Écologie. França.

STOCKHAMMER, E. *Financialization and the slowdown of accumulation*. Cambridge Journal of Economics, n. 28, p. 719-741, 2004.

STOCKHAMMER, E. *Some stylized facts on the finance-dominated accumulation regime*. Political Economy Research Institut – PERI – University of Massachusetts Amherst, 2.

VERNENGO, M. *The Political Economy of Monetary Institutions in Brazil: The Limits of the Inflation Targeting Strategy, 1999-2005*. Working Paper no. 2006-05, Department of Economics Working Papers Series, University of Utah, 2006.